Tabela do risco de liquidez
A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	2014	2015	2016	2017	2018
Fornecedores	62.228	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	373.579	113.064	112.846	40.664	28.598
Total	**435.807**	**113.064**	**112.846**	**40.664**	**28.598**

b) Gestão de capital
Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Apresentamos a seguir quadro demonstrando a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2013:

	R$
Ativos financeiros	5.706
(-) Passivos financeiros	(684.459)
(=) Posição financeira líquida	**(678.753)**

A Sociedade mantém controle sobre o nível de endividamento e sua posição em 31 de dezembro de 2013 encontra-se dentro dos níveis máximos permitidos pela Sociedade.

c) Exposição cambial
Apresentamos a seguir, a exposição cambial, em 31 de dezembro 2013:

	R$
Ativos expostos à variação cambial	97.336
(-) passivos expostos à variação cambial	(494.401)
(=) Exposição cambial líquida	**(397.065)**

A exposição cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes, atrelados à moeda estrangeira.

Os passivos expostos são decorrentes de empréstimos e possuem longo prazo de amortização, e seu pagamento estão garantidos pela geração de caixa da Sociedade nos próximos anos.

d) Valores de mercado
Em 31 de dezembro de 2013, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

24. Cobertura de seguros
Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade mantinha cobertura de seguros para os bens do ativo, conforme demonstrado a seguir:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura
Riscos nomeados		
Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção)	31/10/2014	VR[1]: 3.483.981 LMI[2]: 348.000
Responsabilidade civil geral (morais e falhas profissionais)	31/10/2014	20.000
Transporte nacional (perdas e danos)	01/08/2014	10.000
Transporte internacional (perdas e danos)	01/08/2014	23.426
Vida em grupo (morte por acidentes – 48 x o salário)	31/07/2014	Até 1.680 mais APC até 250
Vida em grupo (morte natural – 24 x o salário)	31/07/2014	Até 840
Responsabilidade civil diretores e administradores – D&O	20/06/2014	19.592
Cascos marítimos (balsas)	07/05/2014	450
Operações aeroportuárias	09/12/2014	117.130
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras		
Beneficiamento e ferrovia	31/03/2014	VR: 93.268 LMI: 79.956 Limite RC: 20.000
Frota de veículos leves	09/05/2014	11.277
Garantia judicial (CFEM)	21/05/2015 19/12/2017	IS: 4.558 IS: 143.171

1) Valor do risco;
2) Limite máximo de indenização.

25. Fundo de previdência
O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:
- Fundo Gerador de Benefícios (FGB), destinado a empregados participantes do FGB-PAS, como alternativa para migrar suas reservas;
- Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), destinado a todos os empregados da MRN e como alternativa para que os participantes do antigo FGB-PAS migrem suas reservas;
- Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R$ 3.389 (R$ 2.974 em 31 de dezembro de 2012).

26. Eventos subsequentes

Medida Provisória nº 627/13
Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 ("Medida Provisória nº 627/13"), a qual entre outras disposições revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, alterou a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o PIS/PASEP, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e dispôs sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Estas alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2015 (1º de janeiro de 2014, para as empresas que optarem por sua adoção antecipada) e tiveram como principal objetivo garantir neutralidade fiscal diante das alterações introduzidas na contabilidade durante o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e extinguir Regime Tributário de Transição (RTT).

Esta medida provisória tem eficácia de lei por 60 dias, a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogada por um período adicional de 60 dias. Se espera que o Congresso aprove a Medida Provisória dentro desse prazo (ou seja, 120 dias após sua publicação). Se o Congresso não aprovar a Medida Provisória nº 627 nesse período de 120 dias, a referida Medida Provisória nº 627 não terá mais eficácia como lei, mas o Congresso deverá abordar os efeitos da medida provisória durante o período da sua vigência. Também é possível que alguns dos tópicos abordados pela Medida Provisória nº 627 sejam alterados se e quando a medida provisória for convertida em lei, quando da sua aprovação pelo Congresso.

A Administração da Sociedade revisou os possíveis efeitos sobre suas operações e não espera efeitos relevantes sobre as mesmas, no entanto, irá aguardar a regulamentação da Lei para definir se fará opção pela adoção antecipada desta medida provisória.

27. Aprovação de emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva em 21 de janeiro de 2013.

* * *

Conselho de Administração

Hélio Cabral Moreira – Presidente

Ronaldo Del Buono Ramos – Conselheiro

Christian Medeiros da Fonseca Costa – Conselheiro

Sergio Eduardo Santos – Conselheiro

Aquilino Paolucci Neto – Conselheiro

José Carlos Danza Errico – Conselheiro

Adriano Augusto da Costa Campos – Conselheiro

Otávio Augusto Rezende Carvalheira – Conselheiro

Diretoria executiva

Silvano de Souza Andrade – Diretor Presidente

Paulo Molero Ariza – Diretor de Administração e Finanças

Octavio Cezar Cunha da Silva
Contador CRC-PA 013735/O -0
CPF 758.618.442-91

(CONTINUA)

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE